

O PROJETO ATLAS LINGUISTICO DO BRASIL: UMA VISÃO CRÍTICA DA METODOLOGIA UTILIZADA¹

Jacyra Andrade MOTA
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - CNPq

RESUMO

Neste texto, apresentam-se aspectos da metodologia que vem sendo utilizada no Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), especialmente na recolha de dados empíricos para a constituição do corpus, avaliando a seleção das localidades, o perfil dos informantes e os questionários linguísticos. Comentam-se as dificuldades e soluções encontradas.

ABSTRACT

In this text aspects of the methodology that has been used in the Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) are presented, especially those related to the collection of empirical data for the corpus, evaluating the locality selection, the profile of the interviewees and the linguistic questionnaires. The difficulties and solutions are commented.

PALAVRAS-CHAVE

Atlas linguístico do Brasil. Dialectologia. Geolinguística.

KEY WORDS

Dialectology. Geolinguistics. Linguistic Atlas of Brazil.

¹ Comunicação apresentada na mesa-redonda *Uma descrição geo-sociolinguística do português brasileiro: o Projeto ALiB*, integrante da programação do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística, 2007, Belo Horizonte.

Introdução

A utilização da metodologia requerida pela Geolinguística Pluridimensional Contemporânea, pela qual se pauta o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), inclui, além da diatópica, outras variáveis, como a diagenérica, a diageracional, a diastrática, a diafásica. Em vista disso, o perfil dos informantes do ALiB contempla indivíduos dos dois sexos, de duas faixas etárias — 18 a 30 anos e 50 a 65 anos — e, nas capitais, de diferentes níveis de escolaridade — quatro informantes com nível fundamental incompleto e quatro com grau universitário. E, para a apreensão da variação diafásica, o questionário contém, além de questões previamente redigidas para a obtenção da variação fonético-fonológica (questionário fonético-fonológico), semântico-lexical (questionário semântico-lexical) e morfossintática (questionário morfossintático), solicitações de comentários, relatos pessoais de fatos marcantes na vida do indivíduo e de acontecimentos ouvidos de outras pessoas, descrições e texto para leitura.

Decorridos 10 anos de sua implantação — em novembro de 1996, por ocasião do *Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, que se realizou na Universidade Federal da Bahia —², o projeto ALiB conta, atualmente, com mais da metade dos inquéritos realizados, tendo-se completado integralmente a documentação em sete estados — Amapá, Roraima, Acre, Alagoas, Sergipe, Paraná e Mato Grosso do Sul³. É coordenado por um Comitê Nacional, hoje constituído por professores de oito universidades: Suzana Alice Cardoso (UFBA) — Diretora-Presidente —, Jacyra Andrade Mota (UFBA) — Diretora Executiva —, Abdelhak Razky (UFPA), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Cléo Wilson Altenhofen e Walter Koch (UFRGS), Maria do

² Os trabalhos apresentados no *Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil* encontram-se em AGUILERA (1998).

³ A recolha de amostras linguísticas atingiu, em 2009, 79,6% do total previsto de informantes, completando-se, integralmente, a documentação em dez Estados (Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, Alagoas, Sergipe, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás).

Socorro Aragão (UFPB/UFC), Mário Roberto Zágari (UFJF), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL) — Diretores Científicos⁴.

Tendo em vista a amplitude e a complexidade do Projeto ALiB, analisam-se, nesta comunicação, alguns aspectos metodológicos relacionados à rede de pontos, ao perfil dos informantes — seja quanto ao seu grau de escolaridade, seja quanto à naturalidade de seus pais — e aos questionários linguísticos, com o objetivo de discutir a metodologia que vem sendo utilizada na constituição do *corpus* e fornecer elementos que possam contribuir para a escolha de procedimentos a adotar em outros trabalhos de natureza geolinguística, como os atlas em andamento.

1 Rede de pontos

Quanto à rede de pontos, definitivamente fixada em março de 2001, em Fortaleza (Universidade Federal do Ceará), por ocasião da IX reunião⁵ do Comitê Nacional, destacam-se, por um lado, o acerto da escolha da maioria das localidades e, por outro, a necessidade de substituições que o contato direto com as comunidades ou a ampliação do conhecimento sobre algumas áreas exigiram, como ocorreu, por exemplo, com Cangussu e Araguaína, em Tocantins, substituídos, respectivamente, por Natividade e Pedro Afonso; com Príncipe da Beira, em Rondônia, substituído por Guajará Mirim; e com Paranatinga, em Mato Grosso, substituído por Poxoréu.

Para a fixação da rede considerou-se a relação entre o total de pontos e a densidade demográfica de cada estado e cada região, adaptada às contingências de abarcar todo o território nacional e ao interesse de manter, em todas as áreas, aproximadamente a mesma densidade, com os ajustes que se fizeram necessários, como, em relação à região sudeste (em

⁴ O Prof. Dr. Walter Koch faleceu em 2008. O Comitê Nacional passou a contar, a partir de 2008, com professores de dez universidades, tendo-se integrado Ana Paula Antunes Rocha (UFOP) e Felício Wesling Margotti (UFSC).

⁵ O Comitê Nacional vem se reunindo periodicamente, tendo realizado, durante o V Congresso Internacional da ABRALIN, em Belo Horizonte, em 2007, a XXII reunião. Até 2009 realizaram-se 28 reuniões nacionais.

que São Paulo sobressai-se com densidade de 55,0), o estabelecimento de 80 pontos para uma densidade de 108,5, ao contrário das demais regiões em que o número de pontos é levemente superior ao índice referente à densidade.

Seguiu-se no estabelecimento da rede de pontos do ALiB procedimento distinto do que vem sendo feito, de modo geral, nas pesquisas geolinguísticas de cunho regional, em que há a possibilidade de trabalhar-se com uma rede de pontos mais densa, atendendo ao objetivo de detectar, mais precisamente, as subáreas dialetais.

O confronto entre o número de pontos do ALiB e o dos atlas regionais já publicados — *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (EALMG)*, *Atlas Linguístico da Paraíba (ALPB)*, *Atlas Linguístico de Sergipe (ALS)*, *Atlas Linguístico do Paraná (ALPR)*, *Atlas Linguístico da Região Sul do Brasil (ALERS)*, *Atlas Linguístico Sonoro do Pará (ALISPA)* — ou apresentado sob a forma de tese de Doutorado — *Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM)* — encontra-se no quadro 1, a seguir:

QUADRO 1 – Rede de pontos: Atlas regionais *versus* ALiB

Estados	Atlas regionais		ALiB	
	Identificação	Nº. de pontos	Nº. de pontos	Densidade demográfica
Bahia	<i>APFB</i>	50	22	19,2
Minas Gerais	<i>EALMG</i>	116	23	27,0
Paraíba	<i>ALPB</i>	25	06	5,2
Sergipe	<i>ALS I e II</i>	15	03	2,7
Paraná	<i>ALPR</i>	65	17	14,5
	<i>ALERS</i>	106		
Santa Catarina	<i>ALERS</i>	86	10	7,8
Rio Grande do Sul	<i>ALERS</i>	102	17	15,5
Pará	<i>ALISPA</i>	10	10	8,0
Amazonas	<i>ALAM</i>	09	05	3,8

No quadro 2, mostra-se a relação entre a densidade das regiões brasileiras, considerando dados da década de 1990, e o número de pontos previsto no ALiB para cada região.

QUADRO 2 – Densidades demográficas regionais e número de pontos do ALiB

Regiões	Densidade demográfica	N.º de pontos
NORTE	16.9	24
NORDESTE	69.6	78
SUDESTE	108.5	80
SUL	37.8	44
CENTRO-OESTE	17.0	24

A seleção das 250 localidades que deveriam figurar como pontos do Atlas levou em conta, além da distribuição geográfica, a proposta de Nascentes (1958), os estudos já realizados com vistas ao estabelecimento da rede de pontos dos atlas regionais, as características sócio-históricas de cada área, os limites interestaduais e internacionais. Foram incluídas também cidades de grande e médio porte e todas as capitais de Estado, à exceção das duas de formação mais recente — Brasília e Palmas (TO) —, deixando-se de considerar critérios tradicionais como o grau de isolamento com relação a centros mais desenvolvidos.

2 Informantes

De acordo com decisão tomada na VII reunião do Comitê Nacional, em Londrina, em julho de 2000, antes do início da fase de constituição do corpus⁶, os 1.100 informantes previstos deviam ser naturais de cada área pesquisada, filhos de pais também da mesma área, estratificados quanto ao sexo (550 informantes masculinos e 550 femininos), à faixa etária (informantes de 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos, sendo quatro, em

⁶ Essa fase se iniciou em 2001, com a realização do 1.º inquérito linguístico, em 1.º de junho, em Quirinópolis, Goiás, realizado pela Diretora Científica Vanderci de Andrade Aguilera.

cada faixa, nas capitais, e dois, nas demais localidades) e à escolaridade (em todas as localidades, indivíduos alfabetizados, com apenas os quatro primeiros anos do nível fundamental, e, nas capitais, inclusão de dois graus de escolaridade, o fundamental incompleto e o universitário, com quatro informantes em cada um deles).

Esses parâmetros foram avaliados em outras reuniões, e, no que se refere ao grau de escolaridade dos informantes, ajustados à realidade sócio-cultural com que se depararam os pesquisadores do ALiB. O desenvolvimento da pesquisa de campo mostrou a necessidade de ampliar-se a exigência de escolaridade de “até a 4^a. série do curso fundamental incompleta”, correspondente ao antigo curso primário, para “o segundo grau incompleto”. Isso se verificou, principalmente, com relação aos informantes de 18 a 30 anos, em função da quase inexistência, em certas áreas, de jovens sem o curso fundamental e de, frequentemente, restringir-se o baixo nível de escolaridade a indivíduos que se encontram à margem do processo de escolarização por razões pessoais, como gravidez precoce, engajamento prematuro no mercado de trabalho, envolvimento com drogas, etc.

O nível de escolaridade dos informantes do ALiB é distinto, portanto, daquele encontrado pelos geolinguistas brasileiros, no século passado, fato que resulta dos atuais programas oficiais de eliminação do analfabetismo e de expansão do curso fundamental e, embora nem sempre assegure a proficiência na leitura do texto que se apresenta aos entrevistados, na parte final do inquérito, determinou que se ampliasse uma das faixas de escolaridade de quatro para oito anos incompletos.

Deve-se ressaltar, ainda, que a Geolinguística Contemporânea, em lugar de indivíduos analfabetos, de vida rural, idosos, sem conhecimento de outras áreas e, preferentemente, do sexo masculino — aqueles que Chambers e Trudgill (1994, p. 57) identificam com o acrônimo NORM (non mobile, older, rural, males) e Zágari (1998, p. 36) com o HARAS (homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário) — interessa-se por falantes de diferentes faixas etárias, dos dois sexos, integrados socio-

culturalmente na comunidade em que vivem, representantes, portanto, da variedade linguística local.

Quanto à naturalidade dos pais, as migrações internas e os deslocamentos contínuos em busca de melhores condições de vida têm dificultado a busca de informantes cujos pais sejam naturais da área linguística pesquisada, sobretudo da mesma localidade, e determinado, com frequência, o retorno dos inquiridores a algumas localidades, como se verificou, por exemplo, em Maceió, que exigiu quatro tentativas até que se encontrassem os oito informantes que atendessem aos critérios pré-fixados.

Nas áreas em que, esgotados todos os recursos, se constata a inexistência de indivíduos dentro do perfil pré-estabelecido, o que ocorre principalmente com a segunda faixa etária, registram-se aqueles cujos pais são de outra área linguística, mas, na apresentação cartográfica, as informações fornecidas por esses informantes deverão ser identificadas. É o caso de localidades do oeste paulista, como Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Adamantina e Teodoro Sampaio, povoadas por grandes contingentes de migrantes de outras áreas, e de Jacareacanga, no Pará, em que os pais dos informantes de faixa 2 são indígenas que têm o português como segunda língua.

Apesar das dificuldades quanto ao parâmetro naturalidade dos pais do informante, não se decidiu pela eliminação dessa exigência, tendo em vista que se admite que alguns traços linguísticos, adquiridos no contato com os pais (biológicos ou não), na primeira infância, podem permanecer durante toda a vida do indivíduo. É o que observa Mota (2004), em inquéritos experimentais⁷ realizados em Belém, a partir da análise da variação entre realizações alveolares e palatais do /S/ em coda silábica, às vezes no mesmo vocábulo, como em [ɪ'keyɖu] e [ɪs'keyɖu] ou [ɖziʒ'maju] e [ɖziʒ'maju] em respostas ao questionário fonético-fonológico, perguntas 158 e 126, respectivamente.

⁷ A realização de inquéritos experimentais com utilização dos questionários do ALiB, antes da realização dos inquéritos que deveriam integrar, definitivamente, o *corpus*, teve dois objetivos: testar a metodologia e os instrumentos a utilizar e preparar os inquiridores.

No que diz respeito à faixa etária dos informantes, a opção por apenas duas, descartando a faixa intermediária, entre 30 e 50 anos, apesar da importância que se atribui a essa faixa, no estudo da mudança linguística em progresso, deveu-se à amplitude da área a ser pesquisada e ao ônus que representaria a inclusão de um maior número de informantes. Espera-se, porém, que trabalhos posteriores, em áreas mais reduzidas, como os atlas de estados ou regiões, venham a cobrir essa lacuna, complementando os dados do ALiB.

3 Os questionários

Os questionários linguísticos do ALiB, discutidos em diversas reuniões do Comitê Nacional, passaram por versões preliminares que, testadas em inquéritos experimentais realizados por diferentes equipes, teve a sua versão definitiva impressa pela Universidade Estadual de Londrina, em 2001. Esses questionários diferem quanto ao nível da língua focalizado, o tema e a estrutura das questões, passando do diálogo assimétrico entre entrevistador e entrevistado, desenvolvido com maior ou menor grau de formalidade, ao discurso livre, frequentemente emocionado, sobre um fato que o indivíduo considera haver marcado a sua história de vida. Propiciam, assim, uma recolha de amostras diversificadas de fala e, conseqüentemente, uma visão mais pormenorizada da variação do português do Brasil, somando-se outras variáveis à diatópica.

Cita-se, aqui, como exemplo, a ocorrência, com valor estilístico, de variantes consideradas estigmatizadas, tanto na fala de informantes de menor grau de escolaridade, quanto na daqueles de nível universitário, nas quatro capitais nordestinas sob a coordenação da equipe ALiB-Bahia⁸ (Recife, Maceió, Aracaju e Salvador), analisadas por Mota e Carneiro (2006).

⁸ A responsabilidade pela constituição do *corpus*, nas diversas áreas brasileiras (realização dos inquéritos linguísticos, transcrição dos dados) distribui-se pelos membros do Comitê Nacional.

Essas variantes diafásicas ocorrem em situações especiais de fala, como na resposta dada por um informante universitário de faixa etária 2, natural de Salvador, à pergunta: “O que vocês fazem no fim de semana?” (questionário morfossintático, 26):

“Dona Maria, minha mulé, fica cum os netos e... eu vô passeá”.

A informante feminina de faixa etária 1, de escolaridade fundamental, de Maceió, quando solicitada a relatar um caso acontecido com uma outra pessoa, na parte final do inquérito (“Temas para discurso semidirigido”), também utiliza a variante mulé, na reprodução de diálogo com uma amiga, no trecho:

“Eu disse: mulé, tu tá mentindo... Ela disse: num tô mentindo não, mulé...”,

embora se documente a realização com a lateral palatal (mulher) em outros trechos do inquérito.

As variantes com iotização ou despalatalização da lateral alveolar (vêio por velho, mulé por mulher) encontram-se, ainda, em discursos que se referem à fala de indivíduos com menor grau de escolaridade, como se verifica no trecho a seguir de informante masculino universitário de faixa etária 2, de Maceió, registrado a propósito dos “Temas para discursos semidirigidos”, no relato de assalto de que fora vítima um amigo, reproduzindo a fala do assaltante.

“(...) Aí o cara disse: *Pelo amor de Deus, leve meu carro!*. Aí o cara disse: *Quem é que vai querê esse seu carro vêio?!*”

Um outro procedimento metodológico com relação aos questionários linguísticos é a redação preliminar de todas as questões, o que tem assegurado o necessário grau de uniformidade na aplicação dos questionários, apesar do grande número de inquiridores (aproximadamente 30) e da extensão da área a ser pesquisada. Tal procedimento não impede

que o inquiridor utilize os recursos necessários à obtenção das respostas, quando a formulação inicialmente prevista não atinge seu objetivo, nem que o diálogo informante-documentador se desenvolva de forma bastante próxima de uma conversa informal, de modo a minimizar o famoso “paradoxo do observador”, a que se refere Labov (1972).

Além disso, a uniformidade na formulação das questões possibilita o confronto entre respostas que, à primeira vista, poderiam ser consideradas variantes fônicas, mas que se aplicam a referentes distintos, levantando questões relacionadas à difusão lexical e à relação entre as palavras e a sua história no contexto sócio-econômico-cultural em que se inserem.

Esse fato pode ser exemplificado também com as ocorrências de mulher, em Salvador, Aracaju, Recife e Maceió, analisadas por Carneiro e Mota (2006). O vocábulo foi categoricamente realizado com a consoante lateral palatal (mulher), como resposta à questão 129 do questionário fonético-fonológico, assim formulada: “Eva foi a primeira ___”, e com a realização despalatalizada (mulé), em geral no registro de informantes de nível fundamental, nos sintagmas mulé da vida, mulé da rua, mulé de cabaré, mulé vagabunda, em relação à prostituta, tema da pergunta 142 do questionário semântico-lexical, assim redigida “Como se chama a mulher que se vende para qualquer homem?”

Do ponto de vista da variação lexical, a utilização dos mesmos questionários em todos os pontos levou à inclusão, no questionário semântico-lexical (QSL), tanto de questões que viriam a demonstrar pouco rendimento nos inquéritos, como as que se referem a “coisas” desconhecidas ou pouco utilizadas em certas áreas — como, por exemplo, geléia (QSL, 177), em algumas localidades do Nordeste, ou objetos característicos de áreas rurais (soca, cangalha, canga, bruaca, (QSL 047, 055, 056 e 058, respectivamente), em registros realizados em áreas urbanas – quanto de questões muito produtivas como as do QSL 145 e 146 (“Que nomes dão ao cigarro que as pessoas faziam antigamente, enrolado à mão?” e “Como se chama aqui o resto do cigarro que se joga fora?”, respectivamente) que forneceram uma série de sinônimos para

cigarro de palha (pacaio, boró, bagoga, drobó, beata, porrongo) e para o toco de cigarro (bituca, beata, baga, tóia, biana, góia), nos inquéritos já realizados na Bahia e em Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

Quanto ao questionário fonético-fonológico (QFF), a utilização das mesmas questões em todas as localidades, esbarra, ainda, na não ocorrência ou reduzida frequência de determinados vocábulos em algumas áreas, como, por exemplo, em cidades nordestinas: ímã (QFF, 13), identificado como azougue, teia (QFF, 47) como casa de aranha, loura (QFF 136) como galega, abóbora (QFF 32) como jerimum, grelha, como grade (QFF, 23) e liquidação, como promoção (QFF, 95), impedindo a obtenção dos fatos fônicos aí previstos, tais como: a nasalidade do /i/ diante de consoante nasal, a manutenção ou redução de ditongos (/ow/, /ej/, /wi/), o timbre da vogal média acentuada em grelha, a ausência da vogal postônica nos proparoxítonos.

4 Considerações finais

As observações aqui sumarizadas tiveram como objetivo trazer subsídios para a discussão de questões metodológicas, constantemente levantadas a propósito da recolha *in loco* de dados empíricos e da análise de dados dialetais, em uma perspectiva pluridimensional, tal como ocorre no desenvolvimento do Projeto ALiB e, atualmente, também de alguns atlas regionais.

E, para finalizar, considerando os pontos aqui comentados, as dificuldades encontradas pelas diversas equipes e os resultados já obtidos, nesses 10 anos de trabalho conjunto e coordenado, pode-se admitir um saldo altamente positivo quanto à quantidade, à diversidade e à qualidade dos dados obtidos, cuja análise já aponta caminhos para a apresentação cartográfica e acena para a delimitação de possíveis áreas dialetais, complementando ou reformulando a proposta de Nascentes (1953), de modo a alcançar-se um dos principais objetivos do Projeto ALiB:

“Estabelecer isoglossas, com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas linguísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados”. (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB (2003), p. 16).

Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **A Geolinguística no Brasil**. Caminhos e perspectivas. Londrina: EDUEL, 1998.

_____. **Atlas Linguístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

ARAGÃO, Maria do Socorro; MENEZES, Cleuza Bezerra de. **Atlas Linguístico da Paraíba**. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984.

CARNEIRO, Ana Paula Batista; MOTA, Jacyra (Orientadora). **A despalatalização e a iotização da consoante lateral palatal em inquéritos do Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Comunicação apresentada no Seminário Estudantil de Pesquisa (SePesq) do Instituto de Letras da UFBA, 2006.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. **La dialectología**. Tradução de Carmen Morán González. Madrid: Visor Libros, 1994.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Linguístico do Brasil: Questionários**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

_____. **Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: UFBA, 2003. (Digitado).

CRUZ, Maria Luíza de Carvalho. **Atlas Linguístico do Amazonas (ALAM)** Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Tese de Doutorado.

FERREIRA, Carlota et al. **Atlas Linguístico de Sergipe**. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

KOCH, Walter; KLASSMAN, Mário S.; ALTENHOFEN, Cleo. **Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil**. V. I – Introdução, v.II – cartas fonético-fonológicas. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: UFRGS/UFSC/UFPR, 2002.

LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MOTA, Jacyra Andrade. **As variáveis sociais no levantamento dos dados fonéticos para o *corpus* do Projeto ALiB**. In: VIII Congresso Nacional de Fonética e Fonologia e II Congresso Internacional de Fonética e Fonologia. **Atas**. São Luís: UFMA-ALIMA, 2004. p. 277-286. Ed. em CD.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

_____. **Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC - Casa de Rui Barbosa, 1958. v. 1.

RAZKY, Abdelhak. **Atlas Linguístico Sonoro do Pará**. Belém: CAPES/UFPa/UTM (Robert Gauthier), 2004. Edição em CD-ROM.

RIBEIRO, José et al. **Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura - Casa de Rui Barbosa - Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. **Atlas prévio dos falares baianos**. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1963.

ZÁGARI, Mário Roberto. **Os falares mineiros**: esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **A geolinguística no Brasil**: caminhos e perspectivas. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 31-77.